

Dívida mobiliária explode e vai a R\$ 287 bilhões

Um dos principais fatores do aumento é a acumulação de reservas, que obriga o governo a emitir títulos

SORAYA DE ALENCAR
e LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – O governo está pagando caro pela acumulação de reservas internacionais. Em março, elas aumentaram US\$ 10,3 bilhões, forçando o governo a emitir títulos para compensar o ingresso de recursos e evitar uma liquidez excessiva na economia. Dessa forma, houve uma pressão sobre a dívida mobiliária federal que, somente naquele mês, aumentou R\$ 16,2 bilhões, ou 6%, e chegou a R\$ 287,6 bilhões.

Esse total representa um crescimento de 383% desde o início do Plano Real, em julho de 1994, quando o governo federal devia ao mercado R\$ 59,5 bilhões em títulos. Só por conta dos juros não pagos e incorporados ao principal, o aumento da dívida mobiliária em março foi de R\$ 5,2 bilhões.

A dívida líquida do setor público (o endividamento total do governo federal, Estados, municípios e empresas estatais menos os seus créditos) também cresceu. O saldo da dívida líquida em fevereiro ficou em R\$ 321,970 bilhões, o equivalente a 35,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Em janeiro, o saldo tinha ficado em R\$ 316,975 bilhões ou 35,3% do PIB. Isso significa que o endividamento do setor público cresceu R\$ 4,995 bilhões, em termos líquidos, num único mês.

Reservas – Em março, o governo foi obrigado a emitir um total de R\$ 11 bilhões em títulos públicos para retirar de circulação o excesso de dinheiro provocado, principal-



Lopes: pressões vieram também do Tesouro e de dívidas do Bamerindus

DESDE O
REAL,
CRESCIMENTO
FOI DE 383%

mente, pelo crescimento das reservas, segundo Altamir Lopes, chefe do Departamento Econômico (Deppec) do Banco Central.

Segundo ele, as emissões foram pressionadas, ain-

da, pelo resultado negativo de R\$ 794 milhões da conta que o Tesouro Nacional tem no Banco Central – a chamada conta única – e outros R\$ 785 milhões em dívidas dos Estados do Mato Grosso e Roraima que estavam com o Banco HSBC e foram devolvidos ao BC quando este decretou a liquidação da parte ruim do Bamerindus que estava sob seu controle.

Ainda de acordo com os números divulgados ontem por Lopes, a maior parte dos títulos federais, ou o correspondente a 50,7% dos R\$ 287,6 milhões, está em papéis prefixados. Ou seja, em Bônus do Banco Central (BBC) e Letras do Tesouro Nacional (LTN).

O maior crescimento foi registrado no déficit primário das empresas estatais. Ele foi de 0,05% do PIB nos últimos 12 meses terminados em janeiro e subiu para 0,12% do PIB em fevereiro. O déficit de Estados e municípios subiu de 0,68% do PIB para 0,69% do PIB.

No período de 12 meses terminados em fevereiro, o setor público pagou juros reais equivalentes a 4,04% do PIB, ou R\$ 36,3 bilhões.

■ Colaborou Mônica Izaguirre